



ANEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

**José de Alencar e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:
apontamentos sobre a concepção do romance *As Minas de Prata* (1862-1865)
e a cultura histórica brasileira nos oitocentos**

Renata Dal Sasso Freitas¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é explorar brevemente a relação entre a concepção do romance *As minas de prata*, de José Martiniano de Alencar, publicado entre 1862 e 1865, e a produção de obras de cunho histórico e a publicação e divulgação de documentos sobre o passado colonial brasileiro pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Parte-se aqui do pressuposto estabelecido pelo historiador britânico Stephen Bann de que o romance histórico oitocentista pode ser estudado sob o prisma da historiografia, na medida em que ele faz parte do movimento que deu origem à história como disciplina em seu sentido moderno. Portanto, a análise detida da relação desse romance especificamente com a cultura histórica brasileira pode elucidar ainda questões a respeito da escrita da história no Brasil do século XIX.

Palavras-chave: cultura histórica, romance histórico, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ABSTRACT: The object of this article is to briefly explore the relationship between the conception of the novel *As minas de prata*, by José Martiniano de Alencar, published between 1862 and 1865, and the production of both historic work and the publication and divulging of documents about the Brazilian colonial past by the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Here we assume, as established by British historian Stephen Bann, that the nineteenth-century historical novel can be studied under the prism of historiography, since it's part of the movement that originated history as a discipline in its modern sense. Therefore, the detained analysis of the relationship between this novel specifically with Brazilian historic culture can elucidate even more questions regarding the writing of history in 19th century Brazil.

Key-words: historic culture, historic novel, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Atualmente a produção acadêmica a respeito da escrita da história nos oitocentos tem sido cada vez mais prolífica, focada incisivamente nos esforços do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – fundado em 1838 –, em capitanear os estudos históricos, assim como de outras áreas afins, no Brasil Imperial². A abrangência resultante do trabalho do Instituto em reunir, coletar, organizar e publicar documentos sobre a história do Brasil atingiu de forma fundamental a produção letrada brasileira em outros âmbitos, sendo seus principais expoentes membros do próprio Instituto, como são os casos de Domingos José Gonçalves de Magalhães, Antônio Gonçalves Dias, Joaquim Manoel de Macedo e do próprio Francisco Adolfo de Varnhagen. No entanto, tratar-se-á neste artigo da importância da produção do IHGB para a obra de um autor que, embora estivesse no centro dos acontecimentos políticos do Império, não era filiado ao Instituto, e, contudo, obteve pela crítica o status de um dos primeiros grandes romancistas brasileiros.

Em 1862, o jornalista e advogado cearense José Martiniano de Alencar publicou dezenove capítulos iniciais do romance *As Minas de prata*, em dois fascículos da *Bibliotheca Brasileira*, uma empresa do também periodista Quintino Bocaiúva, que visava divulgar obras de autores brasileiros em diferentes áreas do conhecimento, tais como literatura, economia, biografias de homens ilustres, geopolítica e traduções de obras estrangeiras. Como Alencar relata em seu *Como e porque sou romancista*, somente três anos depois, o romance, inicialmente concebido como continuação de *O guarani*, foi publicado em seis volumes pela editora B. L. Garnier:

“Por esse tempo fundou a sua *Bibliotheca Brasileira* o meu amigo Sr. Quintino Bocaiúva, que teve sempre um fraco pelas minhas sensaborias literárias. Reservou-me um de seus volumes; e pediu-me com que enchê-lo. Além de esboços e fragmentos, não guardava na pasta senão uns dez capítulos de romance começado.

Aceitou-os, e em boa hora os deu a lume; pois esse primeiro tomo desgarrado excitou alguma curiosidade que induziu o Sr. Garnier a editar a conclusão. Sem aquela insistência de Quintino Bocaiúva, *As minas de prata*, obra de maior traço, nunca sairia da crisálida, e os capítulos já escritos estariam fazendo companhia aos *Contrabandistas*³.

[...]

A composição dos cinco últimos volumes das *Minas de prata* ocupou-me três meses, entre 1864 e 1865; porém, a demorada impressão estorvou-me um ano, que tanto durou.” (ALENCAR, 1998, 70-72)

Em 1877, o romance teve uma segunda edição, dessa vez, dividido como o conhecemos atualmente, em três volumes, sendo que isso não significou o simples

agrupamento dos seis tomos anteriores em duplas, mas sim a re-distribuição de capítulos iniciais e finais na nova divisão. Entre 1862 e 1865 foram adicionados capítulos àqueles publicados inicialmente, retiraram-se as notas ao primeiro fascículo da *Bibliotheca* e o subtítulo “continuação do Guarany” foi suprimido.

Valéria de Marco, em sua análise do romance, defende a importância de se reportar à edição de 1862 e seus dezenove capítulos iniciais, para além da primeira edição completa de 1865:

“Ao que tudo indica, editores, biógrafos e críticos de Alencar confiaram demais no depoimento do autor, feito com a deformação provocada pela passagem dos anos e pelas marcas dos desencantos, e não voltaram a olhar a *Biblioteca Brasileira*. Aí estão dezenove capítulos d’*As minas de prata*, sobre os quais Alencar trabalhou ao retomar a obra para publicá-la entre 1865 e 66. Claro que o exame do texto deve ser feito sobre esta edição completa preparada e revista pelo autor, mas os volumes da *Biblioteca Brasileira* podem contribuir para uma melhor compreensão da obra, na medida em que as modificações feitas nos capítulos de 62 podem indicar opções do autor, ajudando o leitor a definir traços de construção do romance.” (DE MARCO, 1993, 98)

Portanto, a análise dessa primeira edição, principalmente das notas, é essencial para nossos propósitos, pois elas trazem à luz a importância de documentos e relatos de época, aos quais Alencar faz referência e que, por assim dizer, foram validados pelo IHGB como fontes para a história do Brasil colonial, período que o autor trata em sua obra. Além disso, as notas também se referem à historiografia produzida por membros do Instituto, mais especificamente a *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, e os *Anais do Rio de Janeiro*, de Baltasar da Silva Lisboa.

Ambientado na Bahia, no início do século XVII, *As minas de prata* segue o destino do roteiro de ditas jazidas, que, na posse do ex-frade Loredano em *O guarani*, é um dos motivos por trás dos acontecimentos trágicos desse primeiro romance. Nessa segunda obra, o roteiro, de autoria de um Robério Dias, tem sua existência comunicada pelo único sobrevivente da família Mariz, D. Diogo, aos descendentes de Dias, sua esposa D. Clara e seu único filho, Estácio Correia. Nos primeiros dois tomos de *As minas de prata*, portanto, o leitor é apresentado a Estácio, jovem órfão que vive com uma tia. Pobre por conta das conseqüências da morte de seu pai – a família fora expropriada de seus bens por D. Felipe II, depois que Robério falece sem dar notícia das minas cuja existência tanto defendera –, Estácio circula entre a elite de Salvador graças à bondade de seus preceptores, o licenciado Vaz Caminha e o alcaide-mor Álvaro de Carvalho, e sua amizade com o fidalgo Cristóvão Garcia de Ávila.

Ambos os jovens apaixonam-se por mulheres que lhes são impossíveis: Estácio, por Inês de Aguiar, chamada de Inesita, filha de um proprietário castelhano que almeja casá-la com alguém que julgue digno; e Cristóvão, por Elvira de Paiva, uma cristã-nova cuja mãe a prometera para o noviciado em uma de suas inúmeras tentativas de amenizar suas origens não-cristãs.

No quarto capítulo do romance, Estácio é comunicado por Vaz Caminha da existência do roteiro das minas, cujas riquezas poderiam não só salvar a honra do nome de seu pai, como também torná-lo um partido interessante aos olhos da família de Inesita. Contudo, as minas de prata também são objeto de outro personagem, o padre jesuíta espanhol Gusmão de Molina, que deseja a fortuna para angariar postos na Companhia de Jesus e satisfazer sua ambição pessoal. Molina é apresentado no oitavo capítulo do livro e seu papel no enredo fica claro naqueles que se seguem. Contudo, o segundo volume se encerra com a introdução de Dulce Sales na narrativa, uma espanhola reclusa que vive sozinha em Salvador, tendo sob seus serviços o escravo Lucas. Dulce revela-se, no início do terceiro volume, como a noiva que Molina, então um rapaz chamado Vilarzito, abandonara na Espanha para seguir suas ambições de fama e fortuna. Através de uma narrativa que emula o picaresco, o narrador conta a transformação de Vilarzito em Padre Molina, o que é seguido por um relato da trajetória da própria Dulce e dos outros atrativos que as minas de prata de Robério Dias oferecem: diamantes, que o narrador deixa implícito que provém da mesma fonte, já que Ramon Sales, pai da moça, os achara em uma expedição ao sertão. O desejo de Dulce é que os diamantes sejam deixados como herança a Vaz Caminha, que assim poderá publicar suas obras, e a Estácio, para que se possa casar com Inesita.

No entanto, os diamantes são cobiçados por outros personagens, principalmente o taverneiro Brás e o bandoleiro Anselmo. Brás Joaquim, chamado de Brás Judengo, é exponencial em uma sub-trama que acaba misturando-se à trajetória de Estácio: trata-se da conspiração dos judeus residentes em Salvador para obter e repassar à Holanda o mapa do sistema de fortificação da cidade. Isso tornaria simples para os holandeses a tarefa de atacar e conquistar a região da Bahia, livrando os judeus da perseguição religiosa. A operação é liderada por um velho usurário, Samuel Levi, que compra os serviços do alferes José de Aguiar, irmão de Inesita, para obter os mapas e facilitar a fuga de prisioneiros flamengos que se encarregariam de levá-los para os Países Baixos. Para isso, acaba oferecendo ao alferes a própria filha, Raquel, cobiçada sem um mínimo de comprometimento pelo rapaz. No entanto, quando Estácio é preso por desafiar o então pretendente de Inesita, Fernando de Ataíde, a um

duelo, a fuga dos flamengos é impedida pelo jovem, que deseja reabilitar seu nome e partir para o Rio de Janeiro em busca do roteiro das minas.

O último volume do romance culmina com a chegada de Estácio, depois de muitas reviravoltas e adversidades, ao local onde seu pai e anteriormente seu avô encontraram uma gruta protegida por um pajé tupinambá, último de seu povo, onde estariam as ditas minas. Nos primeiros capítulos é relatado como Abaré se colocou a missão de proteger o local, e prometeu para o Moribeca, avô de Estácio, neto de Catarina Álvares – a Paraguaçu – as riquezas ali contidas quando aquele guerreiro de seu sangue vingasse sua raça. Revela-se que a gruta, entrecortada por um rio, embora rica em diamantes, era na verdade esculpida de forma a causar a ilusão de que ali havia uma cidade perdida, cujas paredes seriam envoltas em prata. As minas de prata, portanto, não passam de uma ilusão criada pela própria natureza. Sem dar-se conta do tesouro em diamantes ali escondido, assolado pelo engano do pai, Estácio retorna a Salvador, onde encontra Inesita casada com seu melhor amigo, Cristóvão. Mal sabe ele que tudo se trata de um plano: por um lado Inesita tem em mente forjar sua própria morte, para poder casar-se com Estácio em segredo; por outro, Cristóvão, depois de ver suas esperanças em unir-se a Elvira definitivamente acabadas, planeja matar-se e legar a mulher em testamento ao amigo. Dulce e o Padre Molina, enfim reconciliados, acabam morrendo em um incêndio causado por ela mesma, mas que atinge também a casa de Vaz Caminha, o qual perece tentando salvar o testamento que lega os diamantes da dama a Estácio. O desfecho do romance se dá com todos os conflitos resolvidos, com Estácio e Inesita vivendo anônimos em uma modesta casa nos arredores de Salvador, em harmonia com Cristóvão e Elvira, também unidos.

Alencar se valeu, para escrever essa vasta obra, composta de múltiplas sub-tramas e de longo enredo, de diversos recursos para garantir a verossimilhança de sua história, tais como notas, citações a cronistas no corpo do texto, digressões sobre o contexto histórico e adoção de formas narrativas do século XVII. Tal prática está inevitavelmente ligada à noção de “cor local”, associada ao romancista escocês Walter Scott, essencial para a compreensão da formação do romance histórico oitocentista e para a própria historiografia do mesmo período, como atesta o historiador britânico Stephen Bann, ao tratar das obras dos historiadores franceses Augustin Thierry e Prosper de Barante⁴. É justamente neste estudo que Bann oferece a chave de nossa análise, já que considera o romance histórico dos oitocentos passível de ser estudado sob o prisma da historiografia, na medida em que ele se insere no contexto de elaboração da ideia moderna de “passado” – ocorrido primordialmente entre o final do século

XVIII e o início do XIX – e que resulta na formação da própria história como disciplina, ou seja, da historiografia propriamente dita (BANN, 1984).

Os recursos narrativos dessa natureza analisados são aqueles que têm relação, conforme já mencionamos, à historiografia oitocentista brasileira, mais especificamente, à produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em um primeiro momento, serão analisadas aquelas referências nas notas retiradas dos primeiros capítulos publicados em 1862, e sua relação para a concepção do enredo do romance. Segundamente, serão analisadas as digressões em meio ao texto de Alencar que se relacionam com relatos de época e dialogam com documentos do período.

Alencar “historiador”

Como já afirmado, o elemento que desencadeia os acontecimentos de *As minas de prata* é um mapa com a localização dessas supostas jazidas que também se encontra por trás dos eventos de *O guarani*. Nesta primeira obra, Alencar recorre a notas explicativas para discorrer a respeito de personagens, lugares, costumes e quaisquer outras informações que achasse relevantes para conferir um fundo de verdade histórica a sua narrativa. Nos é válida aqui a análise de Mirhiane Mendes de Abreu a respeito das notas de rodapé dos três romances “indianistas” de Alencar, *O guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*, no qual a autora constata que há dois tipos de narrador: um contemplativo e um histórico, sendo o primeiro responsável pelo enredo e o segundo por aprofundar aquilo fora afirmado pelo anterior:

“A onisciência do primeiro narrador ocupa um lugar de inegável preponderância, revestindo a sua utilização de um significado muito especial: plasmar a história gloriosa do ancestral brasileiro [no caso, o indígena], sem interferir muito nos acontecimentos. A sua posição é, assim, reverenciadora da personagem que compõe. O segundo, ao contrário, é talhado para dirigir a leitura e, freqüentemente, intervém no texto a fim de emitir juízos de valor, fundamentando e outorgando o discurso anterior, em virtude da ambicionada credibilidade adquirida pelo fornecimento de provas e citações, uma espécie de trabalho argumentativo empregado para convencer e conquistar o leitor.” (ABREU, 2002, 7-8)

Segundo a autora, em *O guarani*, o narrador “contemplativo” é mais prolixo, com suas descrições contribuindo para a intensificação do enredo, com detalhes de importância fundamental para elementos chave na história contada: a paisagem, o passado e as personagens, o que não ocorre, por exemplo, em *Iracema*. Embora Abreu proponha uma leitura simultânea dos três romances por ela estudados, aqui nos é relevante sua análise das notas de *O guarani*, pois a proposta inicial de Alencar com *As minas de prata* era que fosse

uma continuação deste. Se excetuarmos o caráter indianista de *O guarani* atribuído pela crítica e mais tarde pelo próprio Alencar em seu prefácio “Benção Paterna” de 1871, acreditamos que as notas retiradas na edição final da obra tenham função semelhante, senão idêntica, àquelas de seu primeiro romance, na medida em que elas até mesmo se repetem no que diz respeito ao roteiro das minas, elemento de ligação entre as duas histórias.

O roteiro das minas talvez seja o elemento mais significativo do diálogo de Alencar com o IHGB. No terceiro número da *Revista do Instituto* de 1839, seu então redator, o Cônego Januário da Cunha Barbosa publicou uma “Advertência” acerca de um manuscrito encontrado por Manuel Ferreira Lagos na Biblioteca Pública da Corte intitulado *Relação histórica de uma occulta, e grande povoação antiqüíssima sem moradores, que se descobriu no ano de 1753*. Em seu texto introdutório, o cônego relacionou tal documento com a história de Robério Dias, tal como relatada na *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pitta, discorrendo brevemente acerca das consequências das minas que Dias afirmava haver encontrado:

“Esta noticia accendeu os desejos de muita gente, que por diversas vezes penetraram o sertão com suas bandeiras, em demanda das riquezas occultas. Sabiamos que ultimamente de Minas Geraes uma banda de descobridores se enranhára por muito tempo nas densas matas, d’onde tambem voltaram sem feliz successo, cuja empreza foi bastantemente satyrizada em um Poémeto pelo jogral P. Silverio da Paraopeba; mas tambem sabiamos da existencia do relatorio, que diante damos à luz, e que fora guardado com muito segredo pelos que ainda esperavam fazer tão rico descobrimento. Encontrou por fim o nosso sócio o Sr. Lagos o desejado manuscripto na livraria publica d’esta corte, mas damnificado pelo copim, que nos privou de muitas palavras, como se póde ver nas lacunas do nosso impresso conservada a mesma figura do estrago que fizera esse insecto no manuscripto mencionado.

Como a noticia, que agora damos ao publico é assaz interessante, por ser um indicio, que em factos de historia póde conduzir a grandes descobertas, nós a estampamos tal e qual foi encontrada, sem emitir o menor juízo; e assim tambem as lettras das inscrições copiadas do dito manuscripto com toda a fidelidade”.⁵

A descoberta de tal manuscrito ensejou a expedição do cônego português Benigno José de Carvalho e Cunha, cuja correspondência repercutiu na imprensa e foi publicada na *Revista*, sendo o primeiro contato do religioso impresso no terceiro número de 1841. Pedro Calmon afirma que:

“O desassombro empolgou a douta sociedade e abriu um capítulo singular na história territorial do país: a expedição de um sacerdote obstinado, em demanda de um castelo de nuvens. Informou-se vagamente em Valença sôbre os caminhos que iam dar à serra do Sincorá, em cujas grimpas a suposta cidade erguia os seus velhos mármores, entrou em seguida Paraguaçu acima, até a barra do Uma, varejou a região

das ‘lavras’, antecipou-se à realidade, proclamando de lá que a cidade estava descoberta e não deu mais que falar de si. Era um visionário. O major Manuel Rodrigues de Oliveira, escrevendo da Bahia, declarou que ‘novos indícios da existência de uma antiga povoação abandonada’ tinham sido achados naqueles sítios enquanto o cônego permanecia ‘quedo no distrito diamantino de Sincorá’... Na mensagem de 1846 o presidente da província, general Andréia, inclinado à ironia, que na sua linguagem pitoresca tinha lampejos de florete, encerrou a discussão com frase contundente: ‘Deve haver encanto nisto, e da minha parte já o preveni de que lhe retirava as ordenanças e mesmo me parece tempo de lhe suspenderem os auxílios que recebe da Caixa provincial’” (CALMON, 1950, 172-173).

No entanto, se em *O guarani*, Alencar já havia referenciado em nota o roteiro e o próprio Robério Dias, em *As minas de prata*, o romancista oferece mais detalhes a respeito de sua percepção do documento e da história por trás do mesmo, contrastando a versão de Baltasar da Silva Lisboa, em sua obra de 1835, e a de Sebastião da Rocha Pita, de 1730, optando por esta última, na medida em que servia aos propósitos de sua narrativa. Na nota correspondente a Robério Dias, Alencar cita todos os três parágrafos que Rocha Pita o dedica – alegando dar “o que refere esse author, o mais completo à respeito, para que se possa conhecer até que ponto seguimos a tradição, e a verdade histórica”⁶ – que terminam afirmando que Dias morrera antes de receber o devido castigo pelo engano acerca da localização das minas, deixando as mesmas ocultas até de seus descendentes. Antes, contudo, o cearense coloca que: “B. da Silva Lisboa nos Annaes do Rio de Janeiro diz que Roberio Dias morreu na Hespanha. Seguimos porem a versão de Sebastião da Rocha Pita – Historia da América Portugueza”⁷. Assim, torna-se possível que Estácio e sua mãe nada soubessem da localização das minas, estabelecendo-se ampla oportunidade de Alencar desenvolver seu enredo.

Se, de acordo com Mirhiane Abreu, as notas de Alencar podem ser divididas entre a paisagem, a língua e a reconstituição do passado, aquelas coligidas pelo autor para *As minas de prata* se enquadram na terceira categoria, já que elas pertencem àqueles capítulos que introduzem as principais personagens do romance e seu pano de fundo, bem como os acontecimentos políticos que também se encaixam nas engrenagens da narrativa. Vale dizer, no entanto, que embora a retirada das notas tenha tornado menos acessíveis as referências de Alencar para o período, uma análise detalhada do romance revela que, além de manter determinadas citações no corpo do texto, nos demais volumes, o narrador se dá o direito de fazer digressões para ambientar o leitor. Assim, por exemplo, Alencar trata de localizar a cidade de Salvador no tempo e no espaço, no primeiro capítulo do romance:

“A Bahia não passava então de uma pequena cidade habitada por cerca de mil e quinhentas almas; mas seus visinhos eram abastados e gostavam do luxo; havia muitos colonos ricos de fazenda de raiz, peças de prata e ouro, jaezes de cavallo e alfaias de casa; alguns tinham o melhor de cinco mil cruzados de renda, e diz Gabriel Soares, ‘tratavam suas pessoas mui honrodamente com muitos cavallos, creados e escravos.’

Esses cabedaes que actualmente parecem mesquinhos, eram naquelle tempo avultados; a facilidade com que se adquiriam e o genio natural da população inclinada ao fausto e a prodigalidade alimentavam na Bahia e Pernambuco um luxo superior ao de Lisboa, entretinham o gosto pelas festas e divertimentos.

Não há pois admirar si a capital do Brasil despertou quinta-feira 1º de janeiro de 1609, possuida do alvoroto agradável que produz uma esperança prestes à realizar-se, e precede a satisfação de um desejo affagado de nossa alma.”⁸

Na edição de 1862, o romancista ainda adiciona a seguinte nota:

“A *Bahia* – Gabriel Soares (*Roteiro*) – dá em 1587 oitocentos moradores à Bahia: em 22 annos que vão para 1609, essa população deviase ter elevado ao algarismo de 1,500 pouco mais ou menos. – A capitania tinha em 1587 2,000 – colonos, 4,000 escravos, e 6,000 indios cathequisados, segundo o author citado.

Quanto ao luxo de que se falla é attestado pelo mesmo Gabriel Soares e Fernão Cardim – *Narrativa*.”⁹

Os usos que Alencar faz do *Tratado Descritivo do Basil em 1587* de Soares de Sousa estão ligados, portanto, a questões paisagísticas, sejam elas naturais ou urbanas, como no caso da descrição da Sé da Cidade de São Salvador, do Colégio dos jesuítas e das ordens religiosas que ali atuavam no ano em que se passa o romance. No *Tratado*, a Sé é inclusive um dos pontos de partida para a descrição da cidade, já que dois dos capítulos destinados a usam como referência, sendo intitulados “Em que se declara o sitio da cidade, da Sé por diante” e “Em que se declara como corre a cidade do Salvador da Sé por diante”, sendo este primeiro unicamente para descrever a igreja em questão, seu estado à época do relato e que ordem de solenidades eram celebradas nela. Na segunda parte, são descritas as proximidades da Sé, palco dos primeiros acontecimentos do romance:

“Passando além da Sé pelo mesmo rumo do norte, corre outra rua mui larga, tambem occupada com lojas de mercadores, a qual vai dar comsigo em um terreiro mui bem assentado e grande, aonde se representam as festas a cavallo, por ser maior que a praça, o qual está cercado em quadro de nobres casas. E occupa este terreiro a parte da rua da banda do mar um sumptuoso collegio dos padres da Companhia de Jesus, com uma formosa e alegre igreja, onde se serve o culto divino com mui ricos ornamentos, a qual os padres tem sempre mui limpa e cheirosa.”(SOUSA, 1938, 137)

É necessário ressaltar que tanto o *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa, quanto a *Narrativa Epistolar* de Fernão Cardim foram editadas por Francisco Adolfo de Varnhagen e, dessa forma, transformadas em fontes para a história do Brasil colonial. Acerca do primeiro é necessário ressaltar que esse processo passou pela própria atribuição da autoria do documento, nas “Reflexões críticas” acrescentadas pelo Visconde de Porto Seguro, as quais “*lhe restituíram a genuinidade de doutrina e legitimidade de autor e de título, e lhe fixaram a verdadeira idade*” (VARNHAGEN, 1938, x)¹⁰. Já a *Narrativa Epistolar* foi editada em Lisboa em 1847 e em uma breve apresentação, chega a ser relacionada à obra de Soares de Sousa, como sendo complementar à mesma.

Quanto aos personagens, as notas a respeito dos mesmos também são importantes para a reconstituição do passado. Se em *O guarani*, D. Antônio de Mariz, sua esposa Lauriana e seu filho D. Diogo haviam sido retirados dos *Anais do Rio de Janeiro*, em *As minas de prata*, para além dos inúmeros personagens históricos, desde Fernão Cardim, passando pelos espanhóis Francisco Pacheco e Miguel de Cervantes, e os governadores-gerais D. Diogo de Menezes e D. Francisco de Sousa, constam ainda personagens retirados do *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa, entre eles o pai de Inês, D. Francisco de Aguilar, citado em nota relacionada à sua propriedade: “*um engenho de assucar que mõe com bois e está muito bem acabado, cujo senhorio se chama Francisco de Aguilar, homem principal, castelhano de nação*”.¹¹

Como parte da preocupação com o fundo de verdade histórica de seu romance, Alencar procura delinear de forma bem precisa o “motor” das ações de certas personagens dentro de determinado contexto. Isso se verifica primordialmente através das notas, no que diz respeito ao conflito entre o poder do Estado e a Companhia de Jesus, personificados em D. Diogo de Menezes e o Padre Gusmão de Molina, cujos desembarques na Bahia abrem a narrativa.

“Aquelle dia estava marcado para os festejos com que a Bahia desejava solemnizar a chegada do novo Governador geral do Estado do Brasil, D. Diogo de Menezes e Siqueira, que depois de haver permanecido um anno na Capitania de Pernambuco para dispor sobre cousas da administração, aportára finalmente á capital no dia 17 de dezembro de 1608.

Não havia exemplo de semelhantes demonstrações em uma cidade onde os Governadores e Capitaens generaes, revestidos de poderes absolutos, eram recebidos com desconfiança, e muitas vezes despedidos com alegria. Mas D. Diogo de Menezes, depois conde da Ericeira, e um dos abalisados varões que governaram o Estado do Brasil, merecia pelo seu nobre character e espirito superior uma demonstração especial da parte dos bahianos.

Contudo, essa única circunstancia não bastara para excitar na classe rica o desejo de receber o novo Governador com festas publicas, si o interesse, primeira lei das

acções humanas, não inspirasse o mesmo pensamento como um habil expediente de politica colonial.

Durante o tempo que se demorára em Pernambuco, D. Diogo de Menezes tinha revelado sua força de vontade, e mostrara o firme proposito de repellir a intervenção que o bispo D. Constantino Barradas e a companhia de Jesus exerciam anteriormente sobre o govêrno temporal. A luta se travara com uma questão de etiqueta e precedencia, a que dera logar a procissão do Corpo de Deus celebrada em Olinda.

Justamente n'essa epocha os senhores de engenho, que formavam a classe nobre e rica da Bahia, sustentavam contra os jesuitas a grande questão da servidão dos indios, e comprehendiam a vantagem de ter de seu lado um homem como D. Diogo de Menezes, cujo voto authorisado devia pesar nas decisões do Conselho da India e no animo de El-rei D. Fillipe III.”¹²

Na edição de 1862 do romance, Alencar adicionou notas explicativas sobre D. Diogo de Menezes e D. Constantino Barradas, além de uma específica sobre a servidão dos índios. Naquela tratando do bispo, não são dados biográficos que o romancista oferece, mas sim mais uma referência extra-textual, referindo-se a *História geral do Brasil* de Varnhagen, afirmando que “entre o governador D. Diogo de Menezes e o bispo D. Constantino Barradas houve no anno de 1608 em Pernambuco, por ocasião da procissão do Corpo de Deus, uma questão de etiqueta e precedencia, que, diz Warnhagen – Historia do Brasil, foi um verdadeiro romance”¹³.

Em sua *História geral do Brasil*, Varnhagen relata a natureza do conflito entre Menezes e Barradas e seu descontentamento com a ingerência dos jesuítas no governo, para depois salientar a posição que o governador mantinha a respeito do meio de governar os autóctones.

“Acerca do melhor meio de governar os índios, já pelo que dito fica, se sabe que o governador não votava pelas aldeias dos padres. Pelo contrário, era de opinião que religiosamente o índio pouco ganhava, ao passo que as cidades perdiam população, as terras braços próprios á cultura, e o gentio não adquiria os hábitos de civilização, polícia e pudor, que só as grandes povoações proporcionavam. Apelas chegado, insistia na necessidade de serem os índios declarados livres, dando-se-lhes um regulamento pelo qual pudessem ficar nas aldeias sujeitas mais directamente ao governo do Estado, pondo-lhes um capitão, um meirinho e um sacerdote, para os ir assim habituando ao trato e gozos dos colonos, pois quanto á religião eles nada sabiam, e ‘apenas tomavam de cor o que se lhes ensinava’.” (VARNHAGEN, 1959, 112-113)

Ainda no que diz respeito às notas da edição de 1862, reafirmamos que partimos do pressuposto que elas seguem a mesma lógica daquelas de *O guarani*, ou seja, que são parte essencial da “reconstrução do passado” referida por Mirhiane Mendes de Abreu, embora não se trate aqui do “legado da cultura indígena para a constituição do brasileiro”. Apesar de não estarmos de acordo com a função “idealizadora” ou “mitologizante” que a autora confere às

notas de Alencar no caso do romance de 1857, acreditamos que elas têm um importante papel na atribuição de veracidade para a história contada e, mais ainda, de debate com a historiografia do período, principalmente com a *História geral do Brasil* de Varnhagen (ABREU, 2002). Se, portanto, fazia-se necessário à pretensão de verdade histórica, em *O Guarani*, colocar notas explicativas acerca de costumes indígenas, baseadas, sobretudo, no *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa, o mesmo torna-se essencial, ao menos naquela primeira edição de *As minas de prata*, quando da representação do passado colonial brasileiro, mais especificamente da vida na Salvador do princípio do século XVII. Essas referências a costumes locais, contudo, não se limitam às notas, já que o narrador as faz constantemente em digressões em meio ao texto. No primeiro caso, podemos citar a nota a respeito do argau, vestimenta de escravos mouros em Lisboa, sobre o qual afirma poder “*fazer-se uma idéia – diz Alexandre Herculano, imaginando duas pontas de lã parda, unidas por uma das extremidades, tendo apenas na costura o vão necessário para passar a cabeça*”.¹⁴

Como as notas se encerram no primeiro volume publicado em 1862, a partir da escrita do restante do romance – o que corresponde a uma boa parte do primeiro tomo e aos outros cinco finais – as digressões e referências ficam restritas ao corpo do texto. Essas digressões podem ser de natureza variada; servem para localizar o leitor no espaço, discorrer acerca de costumes dos diferentes grupos sociais retratados e até mesmo a emissão de juízos acerca de determinados aspectos da narrativa. É a respeito desses aspectos que trataremos a seguir.

Uma das principais suposições que sustentam este estudo inspira-se na análise de Flora Süssekind da formação do narrador da prosa de ficção brasileira do século XIX, em *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. Nele, a autora demonstra que esse processo está vinculado ao uso constante de referências ou de apreensão de outras narrativas a respeito do Brasil; no caso de Alencar, especificamente, àquelas já citadas aqui, ou seja, aos relatos de viajantes do século XVI recuperados nos oitocentos (SÜSSEKIND, 1996), no caso, como parte da produção vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Se em um primeiro momento, tratamos de como essas referências aparecem em notas, agora nos debruçaremos brevemente sobre como alguns desses textos ou referências aos mesmos aparecem no corpo do texto ao longo do romance, não necessariamente diretamente citados. Já exemplificamos acima como o *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa é referido de forma direta, na descrição da cidade de Salvador. Outro momento que vale nota, em que o narrador emprega o mesmo recurso, é quando adiciona, em relação ao mestre-de-capela da Sé,

Bartolomeu Pires, que o mesmo “*era dono da ilha da Maré; e Gabriel Soares que o conheceu vinte e dous annos antes, deixou noticia delle e de seu engenho*”¹⁵.

Ainda dentro desse modo de referendar a narrativa, encontra-se a presença do autor de uma das crônicas citadas por Alencar, o padre jesuíta Fernão Cardim, entre as personagens da história, como brevemente supracitado. Isso embora sua atuação no romance, ao lado de outros jesuítas também referidos por Alencar, seja mais próxima daquela de um figurante. No entanto, as cenas no mosteiro dos padres da Companhia de Jesus são essenciais porque introduzem na narrativa a figura do Padre Gusmão de Molina, principal adversário de Estácio em sua busca pelo roteiro das minas. Nesse caso, o narrador discorre a respeito da veracidade histórica de suas personagens no corpo do texto. O primeiro jesuíta a figurar na narrativa é o próprio Cardim, então provincial da companhia. Depois são introduzidas os demais, no décimo-oitavo capítulo da obra:

“Os religiosos que esperavam á porta do cartorio eram o Pe. Nunes, reitor; o Pe. Ignacio do Lourical, que vimos conversar á janella do convento, emquanto duraram as festas, com o jesuita chegado naquella manhã; o Pe. Luís Figueira, autor da grammatica da lingua Tupi, o qual em 1607 tinha escapado ao martyrio entre os selvagens da serra da Ibiapaba, na capitania do Ceará; o Pe. Domingos Rodrigues, ardente missionário, que havia seis annos reduzira os ferozes Aimorés da capitania dos Ilhéos; e o Pe. Manuel Soares, cronista e autor de importantes manuscriptos, que infelizmente não chegaram aos posteros para bem de sua fama.”¹⁶

Esses mesmos recursos se repetem nos capítulos que se passam no Rio de Janeiro, com a menção ao governador-geral do Estado do Sul, D. Francisco de Sousa, que teria tido um papel importante no malfadado destino de Robério Dias e seus descendentes.

“D. Francisco de Souza é um vulto importante na historia dos tempos coloniaes, pela energia do character, agudeza do engenho e grandes letras; embora apenas um momento perpassasse pela scena deste drama, teve uma grande influencia na chronica das minas de prata. Em 1591 viera elle á cata daquellas minas com a promessa de uma recompensa, negada ao seu descobridor; agora, desoito annos depois, voltava com renovação da promessa á busca daquelle imenso thesouro, cujo segredo a terra guardava.

Vaz Caminha não se enganara pois; era o roteiro do Roberio Dias quem trazia outra vez á America o orgulhoso fidalgo portuguez.

Quando mestre Braz ao desembarcar em Lisboa foi ao palacio dos Souzas visitar o antigo Governador, não o levou mera reverencia ou acatamento. O judengo que embaçára o frade e os companheiros, fingindo-se enjoado e ébrio durante a palestra da ceia, ouvira tudo; e, como o Pe. Molina, farejára a existencia do roteiro em poder de D. Diogo de Mariz. Revelou portanto ao fidalgo o que sabia e conjecturava. D. Francisco correu a Madrid; teve larga conferencia com o ministro; e por fim, depois de mil protelações, obteve a divisão do estado e o provimento para o sul”¹⁷.

D. Francisco de Sousa de fato foi governador-geral do Brasil por duas vezes, sendo a segunda na re-divisão do reino por Filipe II. Nas duas vezes em que foi governador-geral também teve o título de Marquês das Minas, responsável pela exploração das minas nas três capitanias do sul do Brasil, anteriormente concedidas a Gabriel Soares de Sousa. Mais uma vez, Alencar vale-se de acontecimentos históricos para poder desenvolver a trama de seu romance, fazendo com que os desígnios de Sousa fossem influenciados puramente pela interferência de uma de suas personagens, o Brás Judengo. Portanto a ambição do governador também se coloca contra Estácio e também contra seu maior rival, o Padre Molina. Fica, assim, a cargo de D. Diogo de Mariz, elo entre *O guarani* e *As minas de prata*, o destino do roteiro das minas.

Por fim, como já mencionamos, Alencar finaliza a “crônica” das minas de prata com uma solução própria para o mistério, baseando-se claramente na descrição da suposta cidade deserta do manuscrito publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Como afirma Pedro Calmon:

“Foi inspirado nele [o manuscrito] que José de Alencar combinou poeticamente a topografia formidável da “serra do Sincorá”, a história popular do Muribeca, o isolamento vingativo de Abaré, o último dos tupinambás, cujo vulto escuro prolongava no píncaro do monte o ‘negro rochedo’, diamantes chacoalhando no maracá do velho pajé como se fossem pérolas roladas dos olhos de Araci; e dessa mistura estridente de reminiscências fez um drama verossímil.

Podia ter insistido na fábula da cidade deserta. Porém preferiu interpretar aquele espantoso panorama de cordilheiras e abismos em que a ‘magnificência da natureza’ tinha o aspecto ‘de uma esplêndida cidade subterrânea, toda vasada em prata. Templos soberbos, palácios suntuosos, tôres elegantes, ali se sucediam uns aos outros. Quanto tem de mais sublime e gracioso a arquitetura gótica, oriental ou grega... O divino artista criara todas essas maravilhas com a simples gota d’água que transudava dentre o interstício do rochedo’.” (CALMON, 1950, 173-174)

As minas de prata, ilusão do Moribeca, seu avô, e de Robério Dias, ao contemplarem a gruta protegida pelo cacique Abaré, de quem, como descendentes de Paraguaçu, obtiveram permissão para adentrá-la – tendo este primeiro obtido a promessa de que sua raça seria vingada por Moribeca –, como é relatado no capítulo inicial do último volume do romance, “A esfinge do drama no deserto”:

“Abaré conduziu o neto de Paraguassú á gruta. O efeito desse espectáculo deslumbrante sobre o aventureiro foi magico; ficou por muito tempo sem palavra nem reflexão, paralisado pela poderosa impressão. O sonho brilhante das minas de prata, que por tanto tempo surria á sua argente imaginação, ali estava realizado com um esplendor phantastico.

Tal era a idéia que se apoderara do espirito do aventureiro, e o absorveu por muito tempo. A illusão, para quem não fosse sabido em mineralogia, era infallível; realmente aquellas bizarras cristalisações, á cega luz que esclarecia as profundas crastas, tinham o brilho embaciado da prata sem polimento.”¹⁸

O mesmo se sucede a Robério quando encontra a gruta da qual seu pai lhe havia falado:

“A essa mesma hora do crepúsculo, guiado pelos signaes, approximou-se Roberio do rio e penetrou na gruta; os raios da lua coando pelas fendas do rochedo illuminavam o maravilhoso espectáculo. Foi presa da mesma illusão que o pae; desdobrava-se ante seus olhos uma cidade mourisca vasada em fina prata resplandente.”¹⁹

Os picos da serra do Sincorá descritos pelo narrador claramente remetem-se ao início do manuscrito de 1753, no qual é relatada a descoberta de *“uma cordilheira de montes tão elevados, que pareciam chegavam á região ethérea, e que serviam de throno ao vento, á mesmas estrellas”*²⁰. No manuscrito também constam referências a outras civilizações antigas, quando da exploração da cidade, tais quais a de uma suposta praça, em cujos cantos *“está uma Agulha, á imitação das que usavam os Romanos, mas algumas já maltratadas e partidas como feridas de alguns raios”*.²¹ E assim como no romance, há a descrição de um rio profundo, que embora não tenha como seu ponto de origem uma caverna, também dá origem a grutas contendo minério:

“Defronte da dita praça corre arrebatadamente um caudaloso rio largo, e espaçoso com algumas margens, que o fazem muito agradável à vista: terá de largura onze até doze braças, sem voltas consideráveis, limpas as margens de arvoredo e troncos, que as inundações costumam trazer; sondamos a sua altura e achamos nas partes mais profundas quinze até dezesseis braças. Da parte d’além tudo são campos muitos viçosos e com tanta variedade de flores, que parece andou a natureza mais cuidada por estas partes, fazendo produzir os mais mimosos campos de Flora [...].

Três dias caminhando rio abaixo, e topamos uma catadupa de tanto estrondo pela força das águas e resistência no logar que julgamos o não fazia maior as boccas do decantado Nilo: depois deste salto espraia de sorte o rio que parece o grande Oceano.

[...]

Da parte do oriente desta catadupa achamos vários subcavões e medonhas covas, fazendo-se experiência da sua profundidade com muitas cordas; as quaes por mais compridas que fossem, nunca podemos topar com seu centro. Achamos também algumas pedras soltas; e na superfície da terra cravadas de prata, como tiradas das minas deixadas ao tempo.”²²

Fica claro, portanto, o diálogo que Alencar estabeleceu com o documento publicado na *Revista do Instituto*, dando sua própria resposta às indagações por ele legadas. Tal articulação

entre narrativa romanesca e produção historiográfica se dá dentro de uma interpretação que até mesmo *a posteriori* o romancista cearense dá pistas que sejam uma chave de leitura essencial para se pensar a prosa de ficção brasileira dos oitocentos, ou seja, que suas obras fossem inspiradas pela natureza brasileira ou até mesmo americana, em *Como e porque sou romancista*. Mesmo valendo-se de convenções literárias já estabelecidas por autores como René-François de Chateaubriand, Walter Scott ou James Fenimore Cooper, Alencar insere em suas obras de talhe “histórico” narrativas produzidas no Brasil e referendadas como essenciais para a escrita da história neste país.

Considerações finais

A inspiração que José Martiniano de Alencar retirou de documentos produzidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para escrever seus romances fica evidente já em *O guarani*, de 1857, obra que a crítica literária e a própria historiografia intensamente abordam. No entanto, seu primeiro romance colonial que se passa primordialmente em um espaço urbano, *As minas de prata*, escrito entre 1862 e 1865, recebeu pouca atenção de historiadores no que diz respeito às contribuições que uma análise mais detida pode fornecer ao estudo da escrita da história no século XIX. Procuramos demonstrar aqui, de forma breve, o peso que a produção do IHGB, tanto em termos de obras de cunho histórico, quanto de publicação e divulgação de documentos a respeito do Brasil colonial teve na concepção deste romance específico, apesar de seu autor não estar entre os membros do Instituto. No entanto, sabemos que os matizes desse uso de referências não é tão simples quanto parece e que se faz necessário um estudo mais aprofundado de alguns de seus aspectos, sobretudo porque Alencar deixará de fazer referências mais específicas em suas obras ambientadas no Brasil colonial mais tardias, como é o caso dos *Alfarrábios*, de 1873.

Artigo recebido em: 17/10/2009. Aprovado em: 04/01/2010.

Fontes:

RELAÇÃO HISTÓRICA de uma occulta e grande povoação antiqüíssima, sem moradores, que se descobriu no anno de 1753, nos sertões do Brasil; copiada de um manuscripto da Bibliotheca Publica do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Vol. 1, n. 3, pp. 193-200, 1839.

ALENCAR, José de. *As minas de prata*. 2 Vols. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

ALENCAR, José de. *As minas de prata*. 6 vols. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865-66.

Referências Bibliográficas:

- ABREU, Mirhiane Mendes de. *Ao pé da página: a dupla narrativa de José de Alencar*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 2002.
- ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- BANN, Stephen. *The clothing of Clio: a study of the representation of history in nineteenth-century Britain and France*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- CALMON, Pedro. *O segredo das minas de prata*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1950.
- CARDIM, Fernão. *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente (S. Paulo), etc. desde o anno 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christóvam de Gouvea*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.
- DE MARCO, Valéria. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Antes da sua separação e independência de Portugal. Tomo Segundo. 6ª Ed. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos, 1959.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. Figurações do passado: o romance histórico em Walter Scott e José de Alencar. *Terceira Margem*. no 18, pp. 15-37, Rio de Janeiro, 2008.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. Este artigo faz parte da pesquisa inicial para a tese de doutorado.

² Destaco aqui as dissertações de mestrado de Taíse Tatiana Quadros da Silva, *A escrita da tradição: a invenção historiográfica na obra História geral do Brasil, de Francisco Adolpho de Varnhagen*; Evandro dos Santos, *Tempo da pesquisa, tempo da escrita: os usos biográficos na obra de Francisco Adolpho de Varnhagen*; e Rafael Daltro Bosísio, *Entre o escritor e o historiador: a história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manoel de Macedo*; e as teses de doutorado de Temístocles Cezar, *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*; Kaori Kodama, *Os Filhos das Brenhas e o Império do Brasil - a etnografia do IHGB*; Maria da Glória Oliveira, *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*; e Rodrigo Turin, *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*

³ *Os Contrabandistas* foi um romance iniciado por Alencar em sua juventude e abandonado nesse mesmo período. (ALENCAR, 1998)

⁴ O próprio Alencar em *Como e porque sou romancista* afirma a importância de Walter Scott nesse quesito, quando discorre acerca das associações feitas entre *O guarani* e as obras do norte-americano James Fenimore Cooper: “[...] Cooper descreve a natureza americana, dizem os críticos. E que havia ele de descrever, senão a cena do seu drama? Antes dele Walter Scott deu o modelo dessas paisagens á pena, que fazem parte da cor

local.” (ALENCAR, 1998, 65) A respeito da relação da obra de Alencar com os romances de Scott, ver: VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. Figurações do passado: o romance histórico em Walter Scott e José de Alencar. *Terceira Margem*. Nº 18, pp. 15-37, Rio de Janeiro, 2008.

⁵ RELAÇÃO HISTÓRICA de uma occulta e grande povoação antiqüíssima, sem moradores, que se descobriu no anno de 1753, nos sertões do Brasil; copiada de um manuscripto da Bibliotheca Publica do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Vol. 1, n. 3, pp. 193-200, 1839. p. 193.

⁶ ALENCAR, José de. *As minas de prata*. Vol. 1 Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1862. p. V.

⁷ Id., *ibid.*, pp. V-VI.

⁸ ALENCAR, José de. *As minas de prata*. Vol. 1. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865. p. 9-10.

⁹ ALENCAR, José de. *As minas de prata*. Vol. 1. 1862. p. II.

¹⁰ Ver: Sobre o *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa ver: CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. *História em Revista*, Vol. 6, pp. 37-58, Pelotas, 2000.

¹¹ SOUSA apud ALENCAR, José de. *As minas de prata*. Vol. 1. 1862. p. IV.

¹² ALENCAR, José de. *As minas de prata*. Vol. 1. 1865. pp. 7-8.

¹³ ALENCAR, José de. *As minas de prata*. 1862. Vol. 1. p. II

¹⁴ Id., *ibid.*, p. IV.

¹⁵ ALENCAR, José de. *As minas de prata*. Vol. 2. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865. p. 97.

¹⁶ Id., *ibid.*, pp. 142-143.

¹⁷ ALENCAR, José de. *As minas de prata*. Vol. 5. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865. pp. 84-85.

¹⁸ ALENCAR, José de. *As minas de prata*. Vol. 6. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866. p. 18.

¹⁹ Id., *ibid.*, pp. 24-25.

²⁰ RELAÇÃO HISTÓRICA, Op. Cit., p. 195.

²¹ Id., *ibid.*, p. 197.

²² Id., *ibid.*, pp. 198-199.